



Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo oitenta questões objetivas e três questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos destinado às respostas das questões discursivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e as respostas às questões discursivas
- o **tempo mínimo de permanência** do candidato em sala, após o início da prova, deve ser de **2 horas e 30 minutos**
- **30 minutos** antes do término da prova será permitido ao candidato **levar o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

1

As frases abaixo são compostas por uma afirmação inicial, seguida por segmentos de tipos diversos. Aquela frase em que a afirmação inicial sublinhada mostra a seguir um argumento que a defende é:

- (A) Os automóveis brasileiros são muito ruins, foi o que disse o ex-presidente Collor, impedido durante seu mandato.
- (B) A automedicação é um hábito perigoso, e é o que fazem milhares de brasileiros irresponsáveis.
- (C) A venda de computadores de mesa está caindo, as empresas passaram a dar mais atenção à venda de portáteis.
- (D) As provas de concursos públicos reduziram em número este ano, embora o desemprego tenha aumentado.
- (E) Mesmo os restaurantes de luxo passaram a oferecer pratos executivos mais baratos; a crise atingiu também a mesa.

2

Um shopping mostrava o seguinte aviso na entrada de um dos seus elevadores: “É permitida a entrada de cães no elevador social e de serviço, apenas”.

A redação do texto mostra problemas estruturais, mas depreende-se do texto e da situação, que:

- (A) cães não podem entrar nas lojas ou andar pelos corredores;
- (B) os cachorros não podem subir pelas escadas rolantes;
- (C) os donos de cães só podem subir com os animais pelo elevador de serviço;
- (D) o transporte de animais deve ser obrigatoriamente realizado com acompanhantes no elevador social;
- (E) cães não são bem-vindos ao shopping.

3

O primeiro capítulo do livro *A evolução da escrita*, de Carlos M. Horcades, diz o seguinte:

Letras são como abelhas. Uma abelha sozinha é apenas um inseto irracional. Mas, se observarmos uma colmeia com seu funcionamento extremamente complexo, com operárias, soldados, babás, faxineiras, zangões e rainha, veremos que esses insetos primitivos desempenham funções bem determinadas. A abelha não tem inteligência individual, mas a colmeia é dotada de inteligência coletiva.

Isso acontece também com as letras. Uma letra sozinha não vale nada. Mas letras juntas formam palavras, e palavras são pensamento. (p.15)

Ao fazer uma analogia entre letras e abelhas, o autor do texto permite ao leitor uma série de inferências; entre as inferências abaixo, aquela que se mostra INADEQUADA é:

- (A) as letras devem ser diferentes entre si;
- (B) as letras juntas registram ideias;
- (C) o alfabeto permite a representação do pensamento organizado;
- (D) cada letra possui uma função específica nas palavras;
- (E) letra/palavra/frase/texto mostra uma evolução de complexidade.

4

O slogan publicitário *Se dirigir, não beba!* apela argumentativamente para um(a):

- (A) estrutura dialógica que coloca em discussão julgamentos de valor;
- (B) convencimento racional através do entendimento lógico;
- (C) intimidação do leitor, provocando constrangimento ou medo;
- (D) sedução do leitor por meio do destaque de alguma de suas qualidades, como a prudência;
- (E) tentativa de competição com os cidadãos mais responsáveis.

5

Todos os pensamentos abaixo partem de uma metáfora ou de uma comparação; o pensamento que mostra uma justificativa para a metáfora ou comparação realizada é:

- (A) A cidade não é uma selva de concreto; é um zoológico humano. (Desmond Morris)
- (B) Todas as especulações são cinza, meu amigo, mas a árvore de ouro da vida é eternamente verde. (Goethe)
- (C) Cada ave, com asas estendidas, é um livro de duas folhas aberto no céu. Protejamos esse livro. E aumentemos, com essa proteção, a miúda bibliografia. (Humberto de Campos)
- (D) A distância é como o vento. Acende os fogos grandes e apaga os pequenos. (D. Modugno)
- (E) A boa sociedade é uma horda de refinados, composta de duas tribos: uma que se aborrece e outra que aborrece. (Lord Byron)

Texto 1

A revista *Scientific American Brasil* publicou, em seu n. 18, o seguinte texto:

Analgésico espinhoso. *Embora a medicina tenha avançado o suficiente para tratar de dores de cabeça comuns, lesões musculares e procedimentos desagradáveis como obturação dentária, a dor inflamatória, da osteoartrite, de câncer ósseo e de lesões nas costas, provou ser um alvo muito mais elusivo. Os medicamentos atuais, entre eles a morfina e outros opiáceos, afetam todo o organismo e provocam efeitos colaterais perigosos. Remédios mais localizados, como injeções de esteroides, perdem efeito com o tempo. Recentemente, pesquisadores começaram a trabalhar com uma toxina encontrada em uma planta marroquina parecida com um cacto, que talvez possa proporcionar alívio permanente de dores locais com uma única injeção.* (Arlene Weintraub)

6

O adjetivo *espinhoso* dado ao substantivo *analgésico* no título do texto 1 é justificado por:

- (A) destinar-se a problemas sérios de algumas dores;
- (B) originar-se de um cacto, planta com espinhos;
- (C) esbarrar com dificuldades para sua criação;
- (D) produzir efeitos colaterais perigosos;
- (E) aparentar-se com opiáceos, semelhantes à morfina.

7

Embora a medicina tenha avançado o suficiente para tratar de dores de cabeça comuns, lesões musculares e procedimentos desagradáveis como obturação dentária, a dor inflamatória, da osteoartrite, de câncer ósseo e de lesões nas costas, provou ser um alvo muito mais elusivo.

Esse segmento do texto 1 traz um problema de estruturação que dificulta a compreensão. Esse problema é:

- (A) a não identificação clara dos termos abrangidos pela concessiva *embora*;
- (B) a concordância verbal errada na forma *provou* já que os sujeitos estão no plural;
- (C) a ausência do artigo definido unido à preposição “de” nos termos “de câncer ósseo e de lesões nas costas”;
- (D) a não repetição da preposição *de* antes dos termos “lesões musculares e procedimentos desagradáveis”;
- (E) o emprego deslocado do adjetivo *comuns* que, apesar de referir-se a “dores” parece junto ao substantivo “cabeça”.

8

Como outros textos jornalísticos, o texto 1 também apresenta uma estrutura segmentada em partes diferentes; dessa estrutura, no texto lido, só NÃO está presente:

- (A) apresentação de uma situação difícil;
- (B) confirmação da apresentação por meio de exemplos;
- (C) análise das causas que levaram à situação citada;
- (D) indicação de uma solução possível;
- (E) informação sobre as vantagens da solução indicada.

9

Na frase “...*provou ser um alvo muito mais elusivo*”, o adjetivo “elusivo”, nesse segmento do texto 1 pode ser substituído, mantendo-se o sentido da frase, por:

- (A) ilusório;
- (B) inconclusivo;
- (C) ambicionado;
- (D) discutível;
- (E) evasivo.

10

Remédios mais localizados, como injeções de esteroides, perdem efeito com o tempo.

O valor semântico do termo sublinhado se repete no seguinte pensamento:

- (A) O objeto em si não conta; importa a maneira como é apresentado. (Raoul Dufy)
- (B) Eu sou firme; você, obstinado; ele, teimoso como uma mula. (Bertrand Russell)
- (C) Para o biólogo, o homem é um animal como os demais. (Jean Rostand)
- (D) As ciências modernas, como a informática, muito dificultam o dia a dia. (M. Fernandes)
- (E) Pense como um homem de ação e aja como um pensador. (Henri-Louis Bergson)

11

Um professor de Sociologia solicitou a seus alunos que indicassem argumentos pertinentes ao seguinte tema: *Os árbitros esportivos deveriam aceitar auxílio de meios eletrônicos?*

Entre os argumentos listados abaixo, aquele que se mostra menos pertinente ao terreno sociológico é:

- (A) a possibilidade de serem reparados os erros cometidos;
- (B) o esporte deve continuar como espetáculo e não como espaço de especialistas;
- (C) o novo meio criaria uma discriminação entre países ricos e pobres;
- (D) o processo constituiria um progresso na área esportiva;
- (E) o homem seria dominado pela técnica.

12

Observe o seguinte texto:

Os robôs já sabem discernir e reagir à fala graças a softwares de reconhecimento de voz como a Siri do iPhone; mas as máquinas inteligentes ainda têm dificuldades com a maioria dos outros sons. “Em certo sentido esse é um problema mais simples, no entanto não tem havido muito trabalho com ruídos ambientais”, avalia o roboticista Joseph Romano, da Rething Robotics, em Boston. “Isso não tem sido uma prioridade para o feedback robótico”.

Como outros textos, este também apresenta conectores, ou palavras de ligação, que organizam o texto por meio da ordenação das diferentes ideias.

Entre os conectores abaixo, aquele que apresenta seu valor semântico de forma adequada, de acordo com o texto, é:

- (A) e / alternativa;
- (B) graças a / consequência;
- (C) com / referência;
- (D) no entanto / concessão;
- (E) para / finalidade.

13

Um político declarou certa vez que a televisão é a causa do aumento da violência entre os jovens e, por isso, as leis devem cuidar de impor limites à sua programação.

No caso desse raciocínio, o erro está em:

- (A) utilizar defeituosamente o método dedutivo;
- (B) estabelecer uma analogia inadequada;
- (C) produzir uma digressão a partir de um dado desimportante;
- (D) criar um estereótipo;
- (E) mostrar uma relação causa/efeito defeituosa.

14

Sempre que passamos diretamente de uma premissa a uma conclusão, consideramos verdadeira uma ideia intermediária. Nos conjuntos abaixo, aquele que mostra uma conclusão antes da premissa é:

- (A) O chão do restaurante está escorregadio. / Alguém derramou azeite no chão.
- (B) Meu filho está se vestindo. / Meu filho vai sair.
- (C) Não vou poder escrever a carta. / Meu computador apresentou defeito.
- (D) A luz apagou na cidade. / Um acidente deve ter derrubado um transformador.
- (E) Meu time ganhou o jogo de ontem. / Meu time é o melhor do campeonato.

15

Um assaltante declarou ao juiz: “Senhor Juiz, minha família está passando necessidades, daí eu ter assaltado o banco”.

O argumento do assaltante mostra o seguinte problema estrutural:

- (A) a premissa não é verdadeira;
- (B) a conclusão não é decorrência lógica da premissa;
- (C) a estrutura tem validade, mas não tem verdade;
- (D) a premissa não é suficiente para a conclusão;
- (E) a conclusão não mostra relação lógica com a premissa.

16

Um jornal carioca anunciava aos turistas na cidade: Pesquisa da UFRJ mostrou que as praias do Rio não estão poluídas, por isso todos podem frequentá-las.

Nesse caso, o raciocínio se apoia numa premissa que é um(a):

- (A) fato;
- (B) opinião;
- (C) testemunho de autoridade;
- (D) analogia;
- (E) argumento absurdo.

17

Analise o seguinte raciocínio:

Observando alguns turistas brasileiros, deduzimos que os sulistas são mais ricos que os nordestinos.

Esse raciocínio é do tipo indutivo (do particular para o geral); a inferência realizada é fruto do(a):

- (A) generalização;
- (B) relação causa/efeito;
- (C) analogia;
- (D) opinião preconceituosa;
- (E) certeza infismável.

18

Algumas vezes dois enunciados não apresentam relação lógica entre si, daí que não possam ser considerados premissa e conclusão.

A alternativa em que os enunciados são independentes é:

- (A) O Brasil é o maior país da América do Sul. / O Brasil tem importância política na América do Sul.
- (B) Os mais ricos preferem os carros importados. / O BMW é um carro importado.
- (C) Bons juízes são raros. / Os juízes de qualidade devem ganhar mais.
- (D) O combustível está a cada dia mais caro. / É preferível comprar carros econômicos.
- (E) Os adolescentes estão viciados em celulares. / A educação dos filhos deve compreender o controle de uso dos seus celulares.

19

Observe o seguinte texto:

Mais uma vez morre uma criança vítima de bala perdida no centro do Rio de Janeiro. Na verdade, trata-se de uma demonstração clara da ineficiência policial. Quantos mais terão que morrer para que as autoridades reconheçam que a estratégia de segurança está errada?

Nesse texto, o argumentador apresenta:

- (A) sua própria opinião;
- (B) uma opinião particular como geral;
- (C) uma opinião alheia;
- (D) uma tese e a comenta;
- (E) várias opiniões que se opõem.

20

Nos itens abaixo aparecem: a designação da autoridade, o tratamento utilizado para essa autoridade, em forma abreviada, e o vocativo correspondente em casos de correspondência.

A alternativa em que, segundo o *Manual de Redação da Presidência da República*, todas as informações estão corretas é:

- (A) Senador – V. Ex^a. – Excelentíssimo Senador;
- (B) Papa – V. S^e. – Santíssimo Padre;
- (C) Chefe de Repartição – V. S^a. – Senhor;
- (D) Deputado Federal – V. Excia^a. – Excelentíssimo Senhor;
- (E) Reitor de Universidade – V. M. – Magnífico Reitor.

Raciocínio Lógico

21

Considere a sentença: “Se Pedro é torcedor do Avaí e Marcela não é torcedora do Figueirense, então Joana é torcedora da Chapecoense”.

Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é:

- (A) Se Pedro não é torcedor do Avaí ou Marcela é torcedora do Figueirense, então Joana não é torcedora da Chapecoense.
- (B) Se Pedro não é torcedor do Avaí e Marcela é torcedora do Figueirense, então Joana não é torcedora da Chapecoense.
- (C) Pedro não é torcedor do Avaí ou Marcela é torcedora do Figueirense ou Joana é torcedora da Chapecoense.
- (D) Se Joana não é torcedora da Chapecoense, então Pedro não é torcedor do Avaí e Marcela é torcedora do Figueirense.
- (E) Pedro não é torcedor do Avaí ou Marcela é torcedora do Figueirense e Joana é torcedora da Chapecoense.

22

Considere a sentença: “Se x é um número par e y é um número maior do que x , então y é um número ímpar”.

Sendo x um elemento do conjunto A e y um elemento do conjunto B , um cenário no qual a sentença dada é sempre verdadeira é:

- (A) $A=\{2, 3, 4\}$ e $B=\{2, 3, 5\}$;
- (B) $A=\{2, 3, 4\}$ e $B=\{3, 4, 5\}$;
- (C) $A=\{1, 2, 3\}$ e $B=\{3, 4\}$;
- (D) $A=\{1, 2, 3\}$ e $B=\{4, 5\}$;
- (E) $A=\{3, 4\}$ e $B=\{5, 6\}$.

23

A negação lógica da sentença “Se eu como e não corro, então eu engordo” é:

- (A) Se eu como e não corro, então eu não engordo.
- (B) Eu como e não corro e não engordo.
- (C) Se eu não engordo, então eu não como ou corro.
- (D) Eu não como e corro e não engordo.
- (E) Se eu não como ou corro, então eu não engordo.

24

Em uma caixa só pode haver bolas pretas ou brancas. Sabe-se que a caixa não está vazia e que não é verdade que “todas as bolas na caixa são pretas”.

Então é correto concluir que:

- (A) nenhuma bola na caixa é preta;
- (B) todas as bolas na caixa são brancas;
- (C) há pelo menos uma bola preta na caixa;
- (D) há pelo menos uma bola branca na caixa;
- (E) há bolas pretas e bolas brancas na caixa.

25

Sabe-se que são verdadeiras as afirmativas:

- Se Z , então não X .
- Se não Z , então Y .

Logo, deduz-se que:

- (A) Z é necessário para X ;
- (B) Z é suficiente para Y ;
- (C) X é necessário para Y ;
- (D) X é suficiente para Z ;
- (E) Y é necessário para X .

26

Considere como verdadeiras as afirmativas:

- Se Jorge é francês, então Denise é espanhola.
- Denise não é espanhola ou Beatriz é brasileira.

Sabe-se que Beatriz não é brasileira.

Logo, é correto afirmar que:

- (A) Denise é espanhola e Jorge é francês;
- (B) Denise é espanhola ou Jorge é francês;
- (C) se Beatriz não é brasileira, então Denise é espanhola;
- (D) se Denise não é espanhola, então Jorge é francês;
- (E) se Jorge não é francês, então Denise não é espanhola.

27

Uma gaveta A tem sete canetas vermelhas e uma gaveta B tem sete canetas azuis. Essas são as únicas canetas contidas nas duas gavetas. Retiram-se três canetas da gaveta A , que são então colocadas na gaveta B . Agora, retiram-se, aleatoriamente, quatro canetas da gaveta B , que são então colocadas na gaveta A .

Após essas transferências, é correto afirmar que:

- (A) só ficaram canetas azuis na gaveta B ;
- (B) só ficaram canetas vermelhas na gaveta A ;
- (C) há pelo menos uma caneta vermelha na gaveta B ;
- (D) há pelo menos uma caneta azul na gaveta A ;
- (E) há mais canetas azuis na gaveta B do que canetas vermelhas na gaveta A .

28

João é mais baixo do que Ana. Pedro não é mais baixo do que Ana. Denise não é mais alta do que João.

É correto concluir que:

- (A) Ana é mais alta do que Pedro;
- (B) Pedro é mais baixo do que João;
- (C) Denise é mais alta do que Ana;
- (D) João é mais baixo do que Pedro;
- (E) Denise é mais alta do que Pedro.

29

Se o dobro de x é igual ao triplo de y , então a terça parte de x é igual:

- (A) à metade de y ;
- (B) ao dobro de y ;
- (C) à sexta parte de y ;
- (D) à quarta parte de y ;
- (E) ao sêxtuplo de y .

30

Sabe-se que:

- Se X é vermelho, então Y não é verde.
- Se X não é vermelho, então Z não é azul.
- Se Y é verde, então Z é azul.

Logo, deduz-se que:

- (A) X é vermelho;
- (B) X não é vermelho;
- (C) Y é verde;
- (D) Y não é verde;
- (E) Z não é azul.

Direito do Trabalho**31**

Antonieta é empregada na empresa Calçados do Sul Ltda., cumprindo jornada de 2ª feira a sábado das 5:30 às 15:30 horas, com pausa alimentar de 2 horas.

Diante da situação apresentada e dos termos da CLT, é correto afirmar que:

- (A) Antonieta terá direito a hora extra em razão do intervalo para refeição desrespeitado;
- (B) a empregada terá direito a horas extras pelo excesso de jornada, com adicional de no mínimo 50%;
- (C) há direito ao pagamento de horas extras e adicional noturno na jornada compreendida entre 5:30 e 6:00 horas;
- (D) não se identifica na jornada cumprida qualquer excesso, pelo que não há horas extras a pagar;
- (E) houve violação ao intervalo *interjornada*, gerando assim direito ao pagamento de horas extras.

32

Por disposição expressa na CLT, não é possível o recebimento acumulado dos seguintes direitos:

- (A) indenização por dano moral e estético quanto ao mesmo fato;
- (B) adicional de transferência e adicional noturno;
- (C) horas extras pelo desrespeito aos intervalos *inter* e *intrajornada*;
- (D) prontidão e periculosidade;
- (E) adicionais de insalubridade e periculosidade.

33

Pedro é Presidente da CIPA existente na empresa Galha Turismo Ltda.; Jorge é o Vice-Presidente da mesma CIPA; Vicente é membro do Conselho Fiscal do seu sindicato de classe e Cristóvão é Delegado do mesmo sindicato. Todos foram dispensados sem justa causa.

De acordo com a CLT e o entendimento consolidado pelo TST, deverá(ão) ser reintegrado(s) judicialmente:

- (A) Jorge;
- (B) Vicente e Cristóvão;
- (C) Jorge, Vicente, Cristóvão e Pedro;
- (D) Vicente;
- (E) Pedro e Jorge.

34

Wesley e Maria trabalham na empresa Alfa Ltda. como contadores. Ocorre que Maria recebe salário superior ao colega, que então pretende ajuizar reclamação trabalhista para ver reparada a lesão de que se intitula vítima.

Dos requisitos abaixo listados, de acordo com a CLT, é necessário para o deferimento de equiparação salarial:

- (A) diferença inferior a 2 anos de idade entre os cotejados;
- (B) mesma perfeição técnica;
- (C) identidade de sexo;
- (D) mesma nacionalidade;
- (E) espaço físico comum de trabalho.

35

Rosa era engenheira em uma empresa, ganhava R\$18.000,00 mensais e foi dispensada por justa causa. Um mês após a ruptura contratual, a empresa contratou Regina para o seu lugar, com salário de R\$8.500,00. Após saber do salário de sua antecessora, Regina queixou-se ao setor de Recursos Humanos, afirmando que deveria receber o mesmo salário.

De acordo com o entendimento consolidado pelo TST, é correto afirmar que:

- (A) Regina não tem razão, pois se tratava de cargo vago;
- (B) a forma de reparar a injusta lesão é a equiparação por equivalência;
- (C) a empregada tem razão, pois vigora o princípio da isonomia;
- (D) a substituta teria de receber, no mínimo, 60% do salário da antecessora;
- (E) não existe direito ao mesmo salário porque Rosa foi dispensada por justa causa, situação de caráter personalíssimo.

36

Rogério é empregado da empresa BETA Ltda. e, no mês de maio de 2017, realizou horas extras e trabalhou, excepcionalmente, em horário noturno. Ao receber o contracheque do mês em questão, Rogério viu que havia as rubricas “salário” e “outros”, com valores respectivos. Na dúvida sobre seus direitos, procurou seu chefe, que lhe explicou que no título “outros” estavam somados os direitos de horas extras e adicional noturno.

Diante do entendimento consolidado pelo TST, é correto afirmar que:

- (A) trata-se a hipótese de truck system, vedada pelo ordenamento jurídico;
- (B) neste caso pode se cogitar de salário *in natura*, que é admitido pela Lei;
- (C) a hipótese é válida, pois o contrato de trabalho deve ter por base a fides;
- (D) o procedimento é válido desde que a empresa se disponha a fornecer planilha pormenorizada se o empregado solicitar;
- (E) o procedimento é inválido, tratando-se de salário complessivo.

37

Júlio, professor de matemática numa escola particular, e Beatriz, professora de física na mesma escola, casaram-se, após 2 anos de namoro, em cerimônia civil, no decorrer do ano letivo. Pretendem agora viajar para a lua-de-mel.

Sobre a situação apresentada, e de acordo com os termos da CLT, é correto afirmar que:

- (A) o casal poderá faltar ao serviço por 1 semana, mas terão o desconto respectivo no salário;
- (B) Beatriz e Júlio poderão faltar ao emprego por 9 dias, sem prejuízo do salário;
- (C) a CLT é omissa a respeito, assim o casal terá de negociar a quantidade de dias da licença-gala;
- (D) ambos poderão faltar justificadamente por até 3 dias consecutivos;
- (E) a licença pelo casamento deverá ser aproveitada após o término do semestre letivo, para não causar prejuízo intelectual aos alunos.

38

Dalton é empregado da empresa OMEGA Ltda. e, em determinado dia, cumpriu a sua jornada regular das 6:00 às 15:00 horas, com intervalo de 1 hora para refeição. Contudo, excepcionalmente e por ordem expressa do empregador, teve de estender a jornada até as 20:00 horas por conta de um importante trabalho que estava finalizando, sendo que a sobrejornada foi anotada no ponto. No dia seguinte, Dalton chegou à empresa no seu horário normal para trabalhar, às 6:00 horas. A norma coletiva da categoria de Dalton é silente a respeito.

Diante da situação concreta e do entendimento consolidado do TST, é correto afirmar que:

- (A) Dalton terá direito a 1 hora extra com adicional de 50% em razão do intervalo *interjornada* desrespeitado;
- (B) a hora extra a que porventura Dalton tenha direito pelo sobrelabor não terá reflexo no FGTS diante de sua natureza indenizatória;
- (C) uma vez que a situação foi excepcional, não há direito ao pagamento de horas extras;
- (D) Dalton receberá 2 horas extras, que é o máximo de sobrejornada que o empregador pode exigir;
- (E) no caso apresentado, se as horas extras forem compensadas em até 12 meses, Dalton não fará jus a qualquer pagamento.

39

Anderson é comissionista puro num estabelecimento em Joinville (SC), com contrato de trabalho ativo. No último mês suas vendas foram de pequena monta. Ao incidir o percentual contratado de comissões, o empregador verificou que o valor alcançou menos que 1 salário mínimo.

De acordo com a legislação em vigor, é correto afirmar que:

- (A) a empresa deverá complementar o valor até 1 salário mínimo e descontar essa quantia das comissões vincendas;
- (B) ficará a critério do empregador, se quiser ajudar Anderson, complementar as comissões para que alcancem, pelo menos, a média por ele recebida nos últimos 12 meses;
- (C) o empregador deverá complementar o valor do salário para que alcance 1 mínimo, mas não poderá no futuro descontar esse complemento;
- (D) a lei de regência obriga que o empregador pague metade do valor necessário para alcançar 1 salário mínimo;
- (E) Anderson deverá receber o que foi contratado, pois auferiu salário por unidade de obra, razão pela qual pode ser inferior ao mínimo.

40

Gláucia é analista de compras em uma empresa de Tubarão (SC) e, diante de sua excelente performance, passou a ocupar o cargo comissionado de Supervisor, nele permanecendo por 11 anos. Ocorre que a empresa fez uma sindicância e constatou uma grave violação, por parte da empregada, de uma norma interna. Após apuração e confissão de Gláucia quanto ao desvio de conduta, mas tendo em vista a qualidade dos serviços prestados pela empregada, a empresa resolveu mantê-la em seus quadros. Entretanto, reverteu-a ao cargo de analista de compras e retirou-lhe a gratificação de função.

Diante da situação apresentada, dos termos da CLT e do entendimento consolidado pelo TST, é correto afirmar que:

- (A) o comportamento empresarial é errado porque se trata de rebaixamento, incompatível com o perdão da falta;
- (B) o máximo que a empresa poderia fazer seria manter a empregada na função de Supervisor, mas retirar-lhe a gratificação de função;
- (C) a empregada pode voltar a ser analista de compras, mas não perderá a gratificação, porque a recebe por mais de 10 anos;
- (D) a atitude do empregador está correta na reversão e retirada da gratificação, porque houve justificativa;
- (E) trata-se do fenômeno jurídico da retrocessão, proibido no ordenamento jurídico pátrio.

Direito Processual do Trabalho**41**

Cecília postula o pagamento de horas extras, afirmando que excedia a jornada de trabalho. Em defesa, a ex-empregadora de Cecília nega a jornada articulada na peça póstica e apresenta controles de ponto nos quais se verifica que a jornada foi anotada e assinada em todos os dias como sendo das 10:00 às 19:00 horas, com intervalo de 1 hora, sem variação.

Diante da situação apresentada e do entendimento consolidado pelo TST acerca da distribuição do ônus da prova, é correto afirmar que:

- (A) se os controles estão assinados, isso é suficiente para conferir-lhes credibilidade, de modo que o ônus de provar a jornada é da reclamante;
- (B) a solução para o caso é a aplicação da pena de confissão em desfavor da reclamada, considerando-se de plano a jornada dita na inicial como verdadeira, sem necessidade de outras provas;
- (C) os controles serão reputados inválidos, transferindo-se o ônus da prova para o empregador, que deverá provar que a anotação neles feita é verdadeira, sob pena de acolher-se a jornada da inicial;
- (D) a presunção de veracidade da jornada anotada nos controles é absoluta, de modo que o juiz deve receber aqueles horários como fidedignos e indeferir outras provas;
- (E) a jurisprudência determina que o juiz deve analisar o caso concreto e, em decisão fundamentada, atribuir a quem compete o ônus da prova, dependendo das circunstâncias.

42

No bojo de uma execução trabalhista, a empresa, citada para pagamento, apresenta de imediato, sem garantir o juízo, exceção de pré-executividade. Advoga a nulidade de todo o processo, pois não foi citada na fase de conhecimento e, assim, não pôde contestar a demanda e foi condenada à revelia. O juiz rejeitou a exceção, argumentando que a excipiente havia sido citada por edital na fase de cognição.

Em relação ao caso apresentado, é correto afirmar que:

- (A) a forma de reverter a decisão será por meio do recurso ordinário, no prazo de 8 dias;
- (B) da decisão judicial em tela não caberá recurso porque tem natureza interlocutória;
- (C) a situação é anômala porque pacificado que não cabe exceção de pré-executividade na Justiça do Trabalho;
- (D) a executada poderá interpor agravo de petição para que o TRT aprecie novamente a situação;
- (E) cabe impetração de mandado de segurança contra o ato judicial.

43

Sergio sagrou-se vitorioso em reclamação trabalhista movida contra o ex-empregador, obtendo decisão judicial que condenou a empresa a pagar-lhe indenização por dano moral e horas extras. Com o trânsito em julgado da sentença, que foi ilíquida, o juiz intimou o autor a apresentar os cálculos pertinentes, devidamente atualizados.

Em relação à tributação incidente, é correto afirmar que:

- (A) não incidirá imposto de renda sobre os juros de mora, dada a sua natureza indenizatória;
- (B) haverá incidência de INSS e imposto de renda sobre toda a condenação;
- (C) as horas extras não se submetem às cotas previdenciária e fiscal;
- (D) a indenização por dano moral é base de cálculo de imposto de renda;
- (E) toda a condenação, por envolver verba indenizatória, ficará isenta de INSS e imposto de renda.

44

Em determinada reclamação trabalhista, o juiz julgou procedente em parte o pedido e, além de algumas parcelas requeridas na petição inicial, condenou a empresa por litigância de má-fé porque ela conduziu uma testemunha que deliberadamente mentiu para o magistrado em depoimento.

Considerando que a empresa pretende recorrer da decisão, é correto afirmar que:

- (A) a multa sequer precisa ser paga, porque o juiz não poderia condenar uma das partes como litigante de má-fé sem requerimento do adversário;
- (B) será necessário depositar 50% da multa imposta para viabilizar o conhecimento do recurso;
- (C) uma vez que a jurisprudência é omissa a respeito, a empresa deverá opor embargos declaratórios para que o juiz diga se o depósito será necessário;
- (D) a empresa precisa depositar a totalidade da multa porque se trata de punição, sob pena de o recurso ser considerado deserto;
- (E) a recorrente não terá de efetuar o depósito da multa por litigância de má-fé para recorrer.

45

Foi prolatada sentença de procedência total na ação movida por Cleber contra o ex-empregador Mercado Sulista S.A., que ainda condenou de forma solidária o litisconsorte Mercado Nortista S.A., empresa do mesmo grupo econômico. Ambas as empresas, assistidas por advogados diferentes, interpuseram cada qual um recurso ordinário, sendo que o Mercado Sulista S.A. questiona apenas a condenação em honorários advocatícios havida.

Diante da situação concreta e do entendimento consolidado pelo TST, em relação ao preparo, é correto afirmar que:

- (A) ambas as empresas deverão recolher as custas e o depósito recursal na totalidade;
- (B) o Mercado Nortista ficará isento de recolher as custas processuais, mas terá de fazer o depósito recursal;
- (C) cada parte deverá recolher metade das custas e do depósito recursal;
- (D) o Mercado Nortista não precisará efetuar o recolhimento do depósito recursal;
- (E) havendo condenação solidária, as pessoas jurídicas ficam isentas das custas para recorrer.

46

O servidor próprio da Justiça do Trabalho comparece ao domicílio de um devedor numa sexta-feira às 20:30 horas, pretendendo citá-lo para o pagamento de uma dívida. O executado se revolta porque entende que o mandado judicial não poderia ser cumprido naquele horário, mesmo porque não existe determinação judicial informando até que horas o ato poderia ser realizado.

Diante desse impasse, é correto afirmar que:

- (A) a CLT é omissa a respeito, razão pela qual o juiz utilizará os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;
- (B) o devedor tem razão, pois o ato processual pode ser realizado até as 20:00 horas;
- (C) o lar de uma pessoa é seu asilo inviolável, por isso o ato não poderia ser realizado sem a autorização do devedor;
- (D) os atos processuais podem ser realizados a qualquer hora dos dias úteis, razão pela qual o devedor está errado;
- (E) o devedor está errado, pois o ato processual pode ser realizado até as 22:00 horas.

47

Thamires é uma criança de 10 anos muito bonita e talentosa. Em razão disso, foi convidada para participar de uma novela em famosa emissora de televisão, incorporando a filha da personagem principal da trama, que interpretará uma senadora da república. Para isso Thamires, diante de sua pouca idade, precisa de uma autorização judicial para a participação na desejada novela.

De acordo com a CLT, Thamires, representada por seus pais, deverá requerer a autorização da Justiça:

- (A) Estadual;
- (B) Eleitoral;
- (C) do Trabalho;
- (D) Militar;
- (E) Federal comum.

48

Feito o pregão da 1ª audiência movida por Jorge contra a empresa Flor do Campo Ltda., ambas as partes restaram ausentes.

A hipótese que retrata a consequência jurídica cabível é:

- (A) o feito prosseguirá normalmente e será sentenciado;
- (B) o processo será arquivado;
- (C) haverá revelia mas não confissão fática;
- (D) a audiência deverá ser remarçada;
- (E) será aplicada a revelia.

49

Heitor ajuizou reclamação trabalhista contra o ex-empregador requerendo adicional de insalubridade, afirmando que o meio ambiente de trabalho apresentava nível de ruído acima dos limites de tolerância. Feita a perícia, o perito constatou que o ruído ambiental estava dentro do limite previsto na norma regulamentadora, mas que havia frio excessivo no ambiente. Com base nesse laudo, o juiz deferiu adicional de insalubridade.

Considerando essa situação e o entendimento consolidado pelo TST, é correto afirmar que:

- (A) a decisão foi *extra petita* e deve ser anulada;
- (B) somente seria possível deferir o adicional se o grau da insalubridade do agente detectado fosse o mesmo do erroneamente pleiteado;
- (C) trata-se de decisão *ultra petita*, que deve ser anulada;
- (D) não há vício na decisão, pois o agente agressor apontado pela parte não é vinculante para o juiz;
- (E) a decisão foi *extra causa petendi* e deve ser reformada.

50

Um juiz do trabalho, recentemente promovido a titular de uma Vara, constatou que a marcação das audiências estava muito distante. Assim, resolveu colocar o máximo de audiências durante todos os dias úteis da semana, para que, ao final desse esforço planejado, a marcação estivesse em um patamar aceitável. Designou então o operoso magistrado audiências de segunda-feira a sexta-feira, na parte da manhã e da tarde, com um intervalo para poder se alimentar.

De acordo com a CLT, as audiências poderão ser normalmente realizadas pelo magistrado:

- (A) das 6:00 às 18:00 horas;
- (B) das 6:00 às 20:00 horas;
- (C) das 8:00 às 18:00 horas;
- (D) das 8:00 às 20:00 horas;
- (E) das 9:00 às 16:00 horas.

Direito Civil

51

Em relação aos contratos, as características que melhor se adequam ao contrato de trabalho são:

- (A) sinalagmático, comutativo e de trato sucessivo;
- (B) complexo, gratuito e de atividade;
- (C) unilateral, consensual e de direito privado;
- (D) de adesão, real e instantâneo;
- (E) oneroso, aleatório e *intuitu personae*.

52

Ingrid havia prometido entregar a Graziela um automóvel usado em determinada data. Ocorre que, por motivo não revelado, Ingrid não possuía o veículo na data que havia sido acertada e, assim, propôs entregar 3 motocicletas novas em substituição ao automóvel, com o que Graziela concordou.

A hipótese retrata, de acordo com o Código Civil, o seguinte fenômeno jurídico:

- (A) compensação;
- (B) sub-rogação;
- (C) dação em pagamento;
- (D) remissão;
- (E) transação.

53

Numa reclamação trabalhista movida por Felix envolvendo terceirização e que tramita em Concórdia (SC), houve condenação do ex-empregador como devedor principal e do tomador dos serviços como responsável subsidiário. Não tendo o juízo sucesso na execução do devedor principal, direcionou a execução em desfavor do devedor subsidiário, que pagou a dívida.

Diante da situação apresentada, é correto afirmar que:

- (A) uma vez que o tomador dos serviços também era responsável, ele não poderá no futuro reivindicar a quantia do ex-empregador de Felix;
- (B) o Código Civil é omissivo a respeito, portanto caberá ao juiz, em cada caso concreto, dizer se haverá direito regressivo da tomadora contra o devedor principal;
- (C) o risco do negócio pertence às empresas, de modo que por lei ambas são solidariamente responsáveis pela reparação, sem direito de cobrança mútua posterior;
- (D) a responsável subsidiária pagou dívida de outra empresa, pelo que se sub-roga nos direitos do credor e poderá cobrar o valor da devedora principal;
- (E) a empresa tomadora poderá reivindicar em direito de regresso metade da quantia paga, pois na omissão presume-se que a dívida seria rateada entre as empresas.

Direito Processual Civil

54

A audiência de divórcio litigioso do ex-casal Altamir e Luana estava designada para 13:30 horas. Ocorre que todos estavam esperando e, a despeito de o juiz estar em seu gabinete, já eram 14:15 horas e o pregão não havia sido realizado. Os advogados tentaram saber o que estava acontecendo, e a resposta do escrivão foi que o juiz estava repousando do almoço.

Nesse sentido, e de acordo com o disposto no CPC, é correto afirmar que:

- (A) o ex-casal terá de aguardar, porque o juiz se encontra presente em seu gabinete;
- (B) não há previsão na Lei de limite temporal para que as partes aguardem o juiz e nem que esse espere os litigantes;
- (C) a retirada do casal dependeria de autorização judicial, sob pena de aplicação de multa àquele que se retira da Corte sem justificativa;
- (D) Altamir e Luana poderão se retirar, devido ao atraso transcorrido em relação ao início previsto de sua audiência;
- (E) a fixação de um horário é referencial, e não vinculante, razão pela qual o atraso de até 1 hora é tolerado por Lei, o que ainda não havia acontecido.

55

Emanuel e Sheila, em colusão e com o objetivo escuso de fraude à legislação tributária, simularam um litígio perante a Justiça Estadual, que não teve a intervenção do Ministério Público, em razão da ausência de interesse público subjacente à simulada lide. Após quatro anos da última decisão proferida no processo, o Ministério Público teve ciência dessa colusão e ajuizou ação rescisória, postulando a desconstituição da decisão de mérito transitada em julgado.

Diante dessa situação hipotética, de acordo com o CPC, é correto afirmar que:

- (A) o Ministério Público não tem legitimidade para ajuizar ação rescisória, pois não foi parte no processo;
- (B) o Ministério Público tem legitimidade para ajuizar a ação rescisória e o direito à rescisão não se extinguiu, pois o prazo deve ser contado a partir da ciência da simulação ou da colusão;
- (C) o Ministério Público não tem legitimidade para ajuizar ação rescisória, pois não interveio no processo como *custos legis*;
- (D) embora o Ministério Público tenha legitimidade para ajuizar a ação rescisória, extinguiu-se o direito à rescisão em face do transcurso do prazo decadencial de dois anos;
- (E) o Ministério Público tem legitimidade para ajuizar a ação rescisória e o direito à rescisão não se extinguiu, pois o prazo para a propositura é de cinco anos.

56

O juiz de Direito da 29ª Vara Empresarial de determinada cidade encontra-se com um caso que possui grande repercussão social. Em razão disso, uma entidade especializada no tema que será apreciado peticiona nos autos, em junho de 2017, requerendo a sua intervenção no feito como *amicus curiae*.

Diante do que dispõe o CPC, é correto afirmar que:

- (A) é impossível a pretensão deduzida porque a figura do *amicus curiae* existe apenas para as causas que tramitam no STF;
- (B) se o juiz não aceitar a participação da entidade como *amicus curiae*, ela poderá recorrer dessa decisão interlocutória;
- (C) é viável a admissão de *amicus curiae* em 1º grau de jurisdição, desde que aceito pelo juiz em decisão irrecorrível;
- (D) *amicus curiae* só existe para as causas que estejam nos Tribunais, ou seja, do 2º grau em diante;
- (E) caso a entidade seja aceita como *amicus curiae*, ela poderá no futuro recorrer da sentença e decisões posteriores.

57

Em hasta pública designada pela 50ª Vara Cível da Comarca de Itajaí (SC), foi feita a tentativa de venda de um automóvel penhorado e avaliado em R\$6.000,00. Compareceu uma pessoa interessada que apresentou, antes de ser iniciado o leilão, uma proposta por escrito de pagamento em 3 parcelas de R\$2.000,00 para arrematar o bem.

Diante do que dispõe o CPC, é correto afirmar que:

- (A) a proposta não pode ser aceita porque apresentada antes do início do leilão;
- (B) é viável a proposta parcelada sugerida pelo candidato à arrematação;
- (C) não há dispositivo próprio prevendo o lance parcelado, portanto, competirá ao juiz decidir;
- (D) a venda judicial somente pode ser feita à vista, pelo que a proposta é inaceitável;
- (E) somente pode ser aceita a proposta se as partes envolvidas no processo concordarem.

58

Armando se sentiu lesado em um pacote turístico que adquiriu para as suas férias e, assim, ajuizou em junho de 2016 uma ação contra a companhia aérea na qual voou e contra a operadora de turismo que lhe vendeu o pacote terrestre. Cada réu contratou um advogado diferente, mas que atuavam no mesmo escritório jurídico.

Prolatada a sentença, e de acordo com o CPC, é correto afirmar que:

- (A) o prazo para recurso será contado de forma simples;
- (B) no caso concreto será em quádruplo o prazo para recorrer;
- (C) será contado em dobro o prazo para apelar;
- (D) o juiz decidirá, mas, em deferindo o prazo em dobro para os réus, deverá dar o mesmo tratamento ao autor, por isonomia;
- (E) o prazo em dobro será apenas para o réu principal.

Direito Constitucional

59

Após ser cientificado do ajuizamento de diversas ações judiciais em que se discutia a compatibilidade, com a Constituição Federal de 1988, da Lei Municipal X, de 1987, o Prefeito Municipal solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de algum legitimado vir a submetê-la ao controle concentrado de constitucionalidade.

À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, uma vez preenchidos os demais requisitos exigidos pela ordem jurídica, seria correta a utilização da:

- (A) arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal;
- (B) suspensão de segurança perante o Tribunal de Justiça;
- (C) ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;
- (D) declaração de não recepção perante o Tribunal de Justiça;
- (E) reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal.

60

O setor administrativo de determinada repartição pública, em atendimento à solicitação do superior hierárquico, confeccionou minuta de edital de concurso público visando ao provimento dos cargos vagos. Ocorre que três cláusulas da minuta suscitaram dúvidas da assessoria jurídica, já que não previstas na legislação de regência: (1ª) o exame psicotécnico seria eliminatório; (2ª) haveria o limite de idade de 60 (sessenta) anos para a inscrição no concurso, o que se mostrava razoável em razão das atribuições dos cargos; e (3ª) o concurso teria 2 (duas) provas eliminatórias, uma objetiva e outra discursiva.

À luz da sistemática constitucional e da interpretação que lhe vem sendo dispensada pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) as três cláusulas da minuta são constitucionais;
- (B) a 1ª cláusula é inconstitucional, sendo as demais constitucionais;
- (C) a 1ª e a 2ª cláusulas são inconstitucionais, sendo a 3ª constitucional;
- (D) a 2ª cláusula é inconstitucional, sendo as demais constitucionais;
- (E) as três cláusulas da minuta são inconstitucionais.

61

Beta, trabalhadora da iniciativa privada, tão logo iniciou as atividades em seu novo emprego, foi informada de que o empregador não aplicava o disposto no Art. 384 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que assegura um direito específico à mulher. De acordo com esse preceito, *em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário de trabalho*. A justificativa era a de que a ordem constitucional inaugurada em 1988 não o recepcionara.

À luz da sistemática constitucional e da interpretação que lhe vem sendo dispensada pelo Supremo Tribunal Federal, a decisão de não aplicar o art. 384 da CLT está:

- (A) correta, já que qualquer tratamento diferenciado entre homens e mulheres deve estar expressamente previsto na ordem constitucional;
- (B) incorreta, pois o art. 384 da CLT se ajusta às peculiaridades da mulher, tendo sido recepcionado pela Constituição Federal de 1988;
- (C) correta, já que o tratamento diferenciado entre homens e mulheres afronta, de maneira ampla e irrestrita, a igualdade material entre os gêneros;
- (D) incorreta, pois a revogação das normas pré-constitucionais exige previsão expressa na nova ordem constitucional, não sendo objeto de valoração do intérprete;
- (E) correta, desde que o descanso de 15 (quinze) minutos não seja assegurado aos trabalhadores do sexo masculino na situação descrita no art. 384 da CLT.

62

Após regular convocação, foi decidido, em assembleia geral da confederação sindical dos trabalhadores domésticos, entidade de caráter nacional, que seriam ajuizadas as ações necessárias à concretização dos direitos da categoria. Para a assembleia geral, era um desrespeito o fato de os trabalhadores domésticos, que são expressamente mencionados na Constituição Federal de 1988, não contarem com um “ piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho”, diversamente ao que ocorria com outras categorias. Por tal razão, foi solicitado ao departamento jurídico que se posicionasse a esse respeito, o que efetivamente foi feito.

Entre as proposições abaixo, a única que se ajusta à sistemática constitucional e que foi encampada pelo departamento jurídico é:

- (A) a categoria tem direito a um piso regional, mas não nacional, sendo cabível a ação de inconstitucionalidade por omissão perante cada Tribunal de Justiça;
- (B) a categoria tem direito a um piso nacional, mas não regional, sendo cabível o mandado de injunção perante o Supremo Tribunal Federal;
- (C) a categoria tem direito a um piso regional, mas não nacional, sendo cabível o mandado de injunção perante cada Tribunal de Justiça;
- (D) a categoria tem direito a um piso nacional, sendo cabível a ação de inconstitucionalidade por omissão perante o Supremo Tribunal Federal;
- (E) apesar das conquistas obtidas pela categoria nos últimos anos, não lhe foi assegurado um piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

63

Joaquim, servidor público estadual, praticou um ato que foi considerado, por muitos, como contrário aos princípios da legalidade e da moralidade. Daí resultou o ajuizamento, em face de Joaquim, (1) de uma ação popular, com o objetivo de anular o ato praticado e impor a obrigação de ressarcimento dos danos causados; (2) uma ação penal; (3) uma ação civil por ato de improbidade; bem como (4) a instauração de um processo administrativo disciplinar.

Joaquim, que tinha pretensões políticas, procurou um advogado para saber se os processos a que respondia, nos planos judicial e administrativo, poderiam acarretar a suspensão dos seus direitos políticos.

À luz da sistemática constitucional, a(s) instância(s) de responsabilização que pode(m) acarretar, como sanção ou consequência da condenação, uma vez ocorrendo o exaurimento dos recursos cabíveis, a suspensão dos direitos políticos de Joaquim é/são aquela(s) referida(s) em:

- (A) (1) e (3), não referidas em (2) e (4);
- (B) (1), (3) e (4), não referida em (2);
- (C) (2) e (3), não referidas em (1) e (4);
- (D) (2) e (4), não referidas em (1) e (3);
- (E) (2), não referidas em (1), (3) e (4).

Direito Administrativo**64**

Antônio, Oficial de Justiça do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, em diligência para cumprir mandado judicial, recebeu propina da pessoa que seria intimada para deixar de intimá-la. O fato chegou ao conhecimento do Juiz Titular da Vara do Trabalho onde Antônio está lotado, que comunicou às autoridades competentes. Assim, atualmente já está em trâmite, pelos mesmos fatos, além de um processo administrativo disciplinar (PAD) no TRT, uma ação penal na Justiça Federal, na qual foi determinada judicialmente a interceptação telefônica. A comissão processante do PAD do TRT pretende oficiar ao Juízo Criminal, requerendo cópia da transcrição das comunicações telefônicas interceptadas, como prova emprestada, para fins de instrução do PAD.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, a utilização, no PAD, de prova emprestada consistente em interceptação telefônica devidamente autorizada na esfera criminal:

- (A) não é possível, porque a Constituição Federal de 1988 garante a inviolabilidade das comunicações telefônicas, salvo, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;
- (B) não é possível, porque a interceptação de comunicações telefônicas somente pode ser decretada e utilizada nas ações penais e ações civis públicas por ato de improbidade administrativa;
- (C) não é possível, porque diante da natureza punitiva do processo administrativo disciplinar não é admitida a analogia *in malam partem*;
- (D) é possível, desde que a prova emprestada seja submetida à nova perícia no bojo do PAD;
- (E) é possível, desde que respeitado o contraditório e a ampla defesa nas esferas criminal e administrativa.

65

O serviço público está submetido ao regime jurídico de direito público, razão pela qual é regido por alguns princípios, dentre eles o da continuidade, que traduz a ideia da prestação ininterrupta da atividade administrativa e dos serviços prestados à coletividade.

Para harmonizar tal princípio da continuidade com o direito à greve, de acordo com o Supremo Tribunal Federal:

- (A) os servidores públicos civis e militares não têm direito de greve nem de sindicalização, para evitar prejuízos aos particulares que dependem das atividades e serviços públicos prestados pelo poder públicos ou seus delegados;
- (B) o direito de greve do servidor público civil está previsto na Constituição da República em norma de eficácia limitada e, até que seja editada lei específica regulamentando a matéria, aplica-se a lei geral de greve (Lei nº 7.783/89);
- (C) os servidores públicos civis e militares não podem exercer o direito de greve enquanto não for editada lei complementar que regulamente a matéria, eis que o texto constitucional dispõe sobre a questão em norma de eficácia contida;
- (D) a Administração Pública, em qualquer caso relacionado ao direito de greve de servidores públicos, não pode proceder ao desconto dos dias de paralisação para não esvaziar tal direito previsto na Constituição;
- (E) os servidores públicos civis grevistas devem ter suas remunerações descontadas nos dias de paralisação, diante da ilicitude de toda atividade grevista, vedados os pagamentos posteriores decorrentes de acordos de compensação.

66

João foi nomeado e empossado no cargo de Oficial de Justiça do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. Após um ano em exercício das funções públicas inerentes ao cargo e mediante regular processo administrativo, foi declarada a nulidade de seu ato de nomeação, por vícios insanáveis consistentes em burla pelo servidor às regras do concurso público.

Os atos praticados por João na Vara do Trabalho onde estava lotado, como certidões por ele expedidas, serão:

- (A) igualmente declarados nulos, pois a anulação de seu ato de investidura por burla às regras do concurso público opera efeitos *ex tunc*, isto é, retroage à data de origem do ato, aniquilando todos os efeitos produzidos;
- (B) igualmente declarados nulos, pois a nulidade absoluta no caso decorre de norma cogente e opera efeitos *ex nunc*, ou seja, retroage à data da prática do ato ilícito, a partir da qual nenhum efeito poderá ser convalidado;
- (C) válidos, eis que a anulação de seu ato de investidura opera efeitos *ex tunc*, isto é, produz efeitos a partir da data da decisão administrativa que declarou a nulidade, não retroagindo à data de origem do ato;
- (D) válidos, pois, pela teoria da aparência, a nomeação de servidor com burla às regras do concurso público é nula, mas os atos por ele praticados são válidos, em atenção ao princípio da segurança jurídica e para resguardar os terceiros interessados de boa fé;
- (E) válidos, desde que haja decisão jurisdicional determinando e especificando quais atos devem ser convalidados, com escopo de aproveitar os atos por ele praticados para atender aos princípios da eficiência e celeridade.

67

Alex é Oficial de Justiça do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, lotado na Vara do Trabalho de Navegantes, cidade onde mora com sua esposa Francisca. Francisca também é servidora pública federal e acabou de ser deslocada, no interesse da Administração, de Navegantes para Chapecó. Assim sendo, Alex requereu sua remoção para acompanhar sua cônjuge, independentemente do interesse da Administração.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 8.112/90, Alex:

- (A) tem mera expectativa de direito à remoção pleiteada, que irá se concretizar de acordo com critério discricionário da Administração;
- (B) tem direito subjetivo à remoção pleiteada, que constitui ato administrativo vinculado;
- (C) tem direito público subjetivo de ser reintegrado no primeiro cargo que vagar em comarca próxima a Chapecó;
- (D) não tem direito subjetivo à remoção pleiteada, eis que a Administração Pública deve aferir no caso concreto o melhor atendimento ao interesse público;
- (E) não tem direito subjetivo à remoção pleiteada, mas tem direito a ser aproveitado em cargo de atribuições compatíveis com o anteriormente ocupado.

68

Em matéria de controle da administração, o Conselho Nacional de Justiça é considerado órgão de controle:

- (A) externo, pois tem em sua composição vários membros que não fazem parte do Poder Judiciário e está ligado diretamente ao Poder Executivo;
- (B) administrativo, pois exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Judiciário com auxílio do Tribunal de Contas;
- (C) legislativo, eis que seus membros são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal;
- (D) interno do Poder Judiciário, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do Ministério Público;
- (E) interno do Poder Judiciário, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

Noções de Direito Empresarial

69

Acerca da sociedade limitada e sua administração, considere as afirmativas a seguir:

I. Os administradores não sócios respondem ilimitadamente e os administradores sócios respondem limitadamente até o valor de suas quotas pelo passivo trabalhista das sociedades limitadas.

II. O uso da firma ou da denominação social é privativo dos administradores que tenham os necessários poderes, mesmo que não sejam sócios.

III. Com base nas normas legais de regência das sociedades limitadas, a administração e a representação da sociedade, tanto extrajudicial quanto judicial, compete ao gerente empregado, na qualidade de preposto permanente.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) II;
- (B) III;
- (C) I e II;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

70

As assembleias de sócios de três sociedades limitadas aprovaram a extinção delas, sem dissolução e com versão patrimonial em uma quarta sociedade, do tipo anônima, constituída em 1990. O objetivo da operação é formar uma concentração horizontal, já que as sociedades são concorrentes entre si no mesmo mercado.

Se a operação societária for implementada, é correto afirmar, em relação aos débitos trabalhistas, que:

- (A) a sociedade anônima responderá pelo pagamento solidariamente com as sociedades limitadas cindidas totalmente, porém de modo subsidiário;
- (B) as sociedades limitadas não responderão pelo pagamento se o protocolo da operação aprovado pelas assembleias de sócios dispuser em contrário;
- (C) a sociedade incorporadora sucederá em todos os direitos e obrigações das sociedades limitadas incorporadas;
- (D) o ato de cisão parcial poderá estipular que a companhia seja responsável apenas pelas obrigações que lhes forem transferidas, sem solidariedade com as sociedades limitadas;
- (E) as sociedades limitadas transformadas não responderão se a companhia incorporadora for da espécie aberta.

Noções de Direito Previdenciário

71

O benefício previdenciário de auxílio-reclusão é pago aos dependentes do segurado de baixa renda que for preso.

Trata-se de um princípio específico desse benefício previdenciário:

- (A) irredutibilidade do benefício;
- (B) equidade na forma de participação no custeio;
- (C) universalidade da cobertura;
- (D) seletividade e distributividade;
- (E) diversidade da base de financiamento.

72

Castilho aposentou-se pelo INSS por tempo de contribuição, com provento de 1 salário mínimo mensal, mas depois de algum tempo resolveu retornar à ativa. Conseguiu um novo emprego no comércio de Florianópolis (SC), com salário contratado correspondente a 2 mínimos nacionais.

Diante desse caso concreto, é correto afirmar que:

- (A) a pessoa em questão terá desconto de INSS da aposentadoria e do salário na ativa;
- (B) por já ser jubilado, Castilho não precisará recolher INSS da aposentadoria nem do salário recebido junto ao novo empregador;
- (C) Castilho terá de recolher INSS sobre o salário que recebe na ativa;
- (D) se o INSS descobrir que Castilho tem novo emprego, deverá suspender a sua aposentadoria;
- (E) o contrato é proibido, pois já sendo aposentado, Castilho não poderia voltar à atividade remunerada.

Noções de Direito Penal

73

Caio, oficial de justiça, todos os dias da semana chega em sua residência cansado após um longo dia de trabalho e passa a ficar incomodado com o fato de que Bruno, namorado de sua filha, com 26 anos, recebe um salário alto para a quantidade de serviço que realiza no órgão criminal do Ministério Público em que trabalha. Diante disso, objetivando que Bruno trabalhe mais, afirma para a Promotora de Justiça chefe de Bruno, que era sua conhecida, que sua esposa foi vítima de um crime de estelionato e que o fato deveria ser investigado, informando nada saber sobre a autoria delitiva. Diante disso, foi instaurado procedimento investigatório criminal no órgão. Caio, então, se arrepende e procura seu advogado para saber as consequências de sua conduta, caso seja descoberto que o fato narrado era falso.

Considerando as informações narradas, o advogado deverá esclarecer que Caio:

- (A) não praticou crime, em razão do arrependimento posterior;
- (B) praticou crime de denúncia caluniosa, consumado;
- (C) praticou crime de comunicação falsa de crime ou contravenção, consumado;
- (D) praticou crime de falso testemunho, consumado;
- (E) praticou crime contra administração da justiça na modalidade tentada.

74

Oficial de Justiça ingressa em comunidade no interior do Estado de Santa Catarina para realizar intimação de morador do local. Quando chega à rua, porém, depara-se com a situação em que um inimputável em razão de doença mental está atacando com um pedaço de madeira uma jovem de 22 anos que apenas caminhava pela localidade. Verificando que a vida da jovem estava em risco e não havendo outra forma de protegê-la, pega um outro pedaço de pau que estava no chão e desfere golpe no inimputável, causando lesão corporal de natureza grave.

Com base apenas nas informações narradas, é correto afirmar que, de acordo com a doutrina majoritária, a conduta do Oficial de Justiça:

- (A) não configura crime, em razão da atipicidade;
- (B) não configura crime, em razão do estado de necessidade;
- (C) configura crime, mas o resultado somente poderá ser imputado a título de culpa, em razão do estado de necessidade;
- (D) não configura crime, em razão da legítima defesa;
- (E) configura crime, tendo em vista que não havia direito próprio do Oficial de Justiça em risco para ser protegido.

75

Claudio, famoso empresário do ramo publicitário, mediante fraude consistente em oferecer casa, carro e salário de R\$10.000,00, recruta Marta, trabalhadora, com o fim de levá-la para território estrangeiro para lá exercer suas atividades. Marta, então, aceita a oferta, mas no momento em que embarcaria para o exterior, é abordada pela Polícia, que informa que, na realidade, aquelas ofertas de Claudio eram falsas e que sua intenção era apenas levá-la para trabalhar em outro país em condições diversas daquelas oferecidas. Em razão disso, Claudio é denunciado pelo crime de aliciamento para o fim de emigração. A família de Claudio, então, procura seu advogado para esclarecimentos sobre a denúncia apresentada, informando, ainda, que Claudio confessava o fato, mas esclarecera que era a primeira vez que adotara aquele comportamento e que não tinha a intenção de fazer isso com nenhum outro trabalhador. Considerando a situação narrada, o advogado deverá esclarecer que a conduta do denunciado:

- (A) não configura crime contra a organização do trabalho previsto no Código Penal;
- (B) configura o crime imputado, na modalidade consumada, diante de sua natureza de crime formal;
- (C) configura o crime de aliciamento de trabalhadores de um local para o outro do território nacional, já que Marta não foi para o exterior;
- (D) configura o crime imputado, na modalidade tentada, devido à natureza de crime material;
- (E) não configura o crime imputado, mas sim de frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho, consumado.

Conhecimentos Aplicados ao Oficial de Justiça

76

Em determinado processo trabalhista, já em sede de execução, o juízo da Vara do Trabalho determinou a expedição de mandado de citação do executado para pagamento do crédito exequendo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ou garantia da execução, sob pena de penhora. O executado, procurado por 2 (duas) vezes em seu endereço no espaço de 48 (quarenta e oito) horas, não foi encontrado pelo oficial de justiça.

Diante dessa situação hipotética, e considerando o disposto na CLT, é correto afirmar que:

- (A) far-se-á citação por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Vara do Trabalho, durante 5 (cinco) dias;
- (B) o juiz deverá acionar o sistema Bacen-Jud para tentar bloquear numerário das contas do devedor;
- (C) far-se-á citação por edital, publicado em jornal de grande circulação ou, na falta desse, proceder-se-á à citação por hora certa;
- (D) far-se-á de imediato a citação por hora certa;
- (E) deverá ser intimado o exequente para requerer o que for do seu interesse.

77

De acordo com o Código de Processo Civil, não deve ser admitida a reavaliação quando:

- (A) o exequente arguir, fundamentadamente, a ocorrência de erro na avaliação;
- (B) o executado arguir, fundamentadamente, a ocorrência de erro na avaliação;
- (C) se verificar, posteriormente à avaliação, que houve majoração ou diminuição no valor do bem;
- (D) o juiz tiver fundada dúvida sobre o valor atribuído ao bem na primeira avaliação;
- (E) houver alegação simples de qualquer das partes acerca de dolo do avaliador.

78

Iolanda é oficial de justiça no TRT de uma determinada região e, por conta do acúmulo de serviço, está com uma grande quantidade de mandados de citação para cumprir. Convicta de que não conseguiria realizar o serviço no tempo adequado, Iolanda resolveu pedir ajuda a um técnico judiciário amigo seu que atua em uma Vara do Trabalho. Para tanto, repassou para o técnico em questão metade dos mandados que estavam em seu poder, para que ele os cumprisse e informasse o resultado, de modo que Iolanda certificasse posteriormente.

Diante do caso apresentado e conforme mandamento legal, é correto afirmar que:

- (A) a oficial de justiça está equivocada, já que todos os mandados de citação deveriam ser cumpridos pessoalmente por ela;
- (B) a atitude de Iolanda está correta, pois o mandado estará sendo cumprido por um servidor que também tem fé pública;
- (C) caso se admita que a oficial possa dividir o serviço com outro servidor, a remuneração correspondente deverá ser creditada a ele;
- (D) o que verdadeiramente importa para o serviço público é que o trabalho seja realizado, e não a forma pela qual isso ocorra;
- (E) não há ilegalidade na solução conferida por Iolanda, porque o cumprimento do mandado pode ser delegado a um oficial *ad hoc*.

79

Álvaro é oficial de justiça avaliador e, em cumprimento à determinação do Juízo da Vara do Trabalho de Boa Esperança, dirigiu-se à residência do executado para penhorar tantos bens quantos fossem necessários à satisfação do crédito exequendo.

Diante dessa situação hipotética, pode ser considerado um bem juridicamente penhorável:

- (A) ferramenta útil ao exercício da profissão do executado;
- (B) seguro de vida;
- (C) vestuário de elevado valor;
- (D) material necessário para obra em andamento que não tenha sido penhorada;
- (E) utilidade doméstica que não ultrapassa as necessidades comuns.

80

Edson é oficial de justiça e recebeu um mandado de citação para pagamento, penhora e avaliação. No mandado constava que o executado possuía vários bens de valor em sua residência, como quadros de pintores famosos, esculturas de arte e um piano de cauda, que deveriam ser penhorados, caso necessário. Edson fez a 1ª visita ao devedor e o citou para pagamento da dívida em 48 horas. Posteriormente, conferiu pelo sistema informatizado que o executado não havia depositado voluntariamente a quantia no prazo, pelo que retornou à residência do executado para penhorar os bens constantes do mandado. Ao se aproximar da residência, o executado viu o oficial e imediatamente se abrigou na residência, fechando e trancando todas as portas e janelas da moradia para evitar a ação do oficial, brandindo de dentro da casa que ninguém levaria o seu patrimônio.

Diante da situação apresentada e dos termos do CPC, é correto afirmar que:

- (A) o oficial de justiça deverá imediatamente realizar o arrombamento da porta principal e adentrar a residência para efetivar a penhora;
- (B) Edson deverá comunicar o fato ao juiz, solicitando-lhe ordem de arrombamento;
- (C) o oficial deverá dirigir-se à unidade mais próxima da polícia militar e solicitar a presença de 2 agentes públicos para que eles efetuem a prisão do executado;
- (D) uma vez que o oficial de justiça tem treinamento básico em técnicas de psicologia, deverá dialogar com o executado em pelo menos 2 oportunidades antes do uso da força;
- (E) Edson deverá tentar localizar outros bens que sejam passíveis de execução e que não estejam na residência do executado, pois a casa é asilo inviolável do cidadão.

Discursiva**1**

Justino é oficial de justiça em Joaçaba (SC) e recebeu um mandado para cumprimento que envolvia a reintegração no emprego de uma ex-empregada que foi dispensada grávida e a penhora de R\$10.000,00 para pagamento dos salários e vantagens devidos à referida trabalhadora enquanto esteve indevidamente afastada. Marcados dia e hora para a diligência, Justino compareceu à empresa com a reintegranda. Lá chegando, os ânimos se acirraram e a grávida começou a discutir severamente com o dono da empresa. Justino tentou intervir e foi xingado várias vezes pelo titular da empresa. Tais fatos foram certificados amiúde pelo oficial de justiça, que prosseguiu no cumprimento do mandado, adentrou o estabelecimento empresarial e, constatando que não havia nenhum bem de valor, já que todas as máquinas estavam sucateadas e não havia matéria-prima ou qualquer coisa de valor no local, nada penhorou. A reintegranda então informou a Justino que a empresa era credora do Município de Joaçaba em razão de serviço que teria feito ao ente Municipal, e cujo valor encontrava-se pendente de pagamento.

Diante da situação retratada, de acordo com a Lei e com os princípios reguladores da execução:

- i. caso o titular da empresa questionasse os termos da certidão de Justino, afirmando que não o xingou, informe qual das alegações deveria prevalecer, justificando;
- ii. informe se Justino agiu corretamente ao não penhorar os bens encontrados, justificando;
- iii. hipoteticamente analisado, informe se algum crime foi cometido contra Justino e, em caso positivo, identifique-o;
- iv. diante da informação trazida pela reintegranda acerca do crédito, informe o que pode ser feito, justificando.

Quantidade máxima de linhas: 30

Valor da questão: 8 pontos

2

Jonas foi contratado como designer de jogos virtuais por uma empresa. No 3º mês de vigência do contrato, por um descuido, Jonas revelou para um concorrente a estratégia do seu empregador para o lançamento de um jogo. O episódio gerou prejuízo à empresa, mas como Jonas era um profissional extremamente qualificado, a empresa resolveu apenas adverti-lo e anotar a sanção na CTPS dele. Cumprido o 1º período aquisitivo de férias, Jonas informou que viajaria para o exterior durante os 30 dias, pelo que requereu ao empregador que, se possível, lhe pagasse metade do 13º salário, juntamente com a remuneração das férias. Jonas faltou 2 dias ao serviço em razão da morte de seu tio, sofrendo o desconto desses dias no contracheque. A empresa, que necessitava reduzir o seu quadro de pessoal, lançou um programa de demissão voluntária (PDV) e, para aqueles que a ele aderissem, haveria o pagamento das verbas resilitórias normais acrescidas de 2 salários por cada ano completo trabalhado. Jonas aproveitou a oportunidade e aderiu ao PDV.

Diante da situação retratada, de acordo com a Lei e o entendimento consolidado pelo TST:

- i. analise se, do ponto de vista jurídico, a anotação da advertência na CTPS é válida, justificando;
- ii. analise se é possível o empregado receber a 1ª parcela do 13º salário juntamente com as férias e, em caso positivo, qual é o requisito que deve ser atendido;
- iii. analise a validade do desconto a título de falta em razão do falecimento do tio do empregado;
- iv. informe se o valor adicional pago pela adesão ao PDV terá desconto de imposto de renda, justificando.

Quantidade máxima de linhas: 30

Valor da questão: 6 pontos

3

Pedro é vigilante da empresa Braços Unidos Ltda., que presta serviço terceirizado junto à Prefeitura de Florianópolis (SC). Com o contrato ainda em vigor, Pedro ajuizou em maio de 2017 uma reclamação trabalhista pelo rito sumaríssimo contra o empregador e o Município de Florianópolis, postulando o pagamento do vale-transporte não recebido no ano de 2017, no valor total de R\$ 900,00, bem como das seguintes vantagens previstas na norma coletiva da sua categoria, relativamente ao mesmo período: ticket refeição, no valor total de R\$1.200,00, uma cesta básica mensal no valor total de R\$900,00 e a verba produtividade, no importe total de R\$ 100,00. Pedro pretende a condenação principal do empregador e, de forma subsidiária, do Município, na forma da Súmula 331, IV, do TST. Na data da audiência, todos compareceram devidamente assistidos, mas o autor requereu a desconsideração da defesa apresentada pelo Município e a aplicação da revelia porque o Procurador presente, que se declarou tal, não havia juntado procuração outorgada pelo prefeito nem juntado o seu ato de nomeação como Procurador Municipal. Na defesa apresentada pela empregadora, ela advogou que o Município não fez os repasses regulares em 2017, motivo pelo qual não pôde arcar com alguns compromissos junto aos empregados; já o ente público requer a extinção do processo em razão do rito adotado mas, caso isso seja superado e a execução seja direcionada contra o Município, que os juros aplicados não sejam de 1% ao mês, mas sim menores, conforme art. 1º-F da Lei nº 9.494/97.

Diante da situação retratada, de acordo com a Lei e o entendimento consolidado pelo TST:

- i. analise se o rito escolhido por Pedro é viável, justificando;
- ii. analise se deve ser aplicada a revelia em desfavor do Município, justificando;
- iii. hipoteticamente, caso haja condenação do ente público, analise se os juros a serem aplicados serão reduzidos, justificando;
- iv. se houver condenação do ente público, analise se ele recolherá custas caso queira recorrer, justificando.

Quantidade máxima de linhas: 30

Valor da questão: 6 pontos

Realização

